

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXIII | Nº 1394 | 10 a 30/09/2017

► Mobilização

Resistência contra as privatizações

A Direção da Petrobras anunciou o processo de privatização de suas unidades de produção de fertilizantes nitrogenados. Petroleiros e petroquímicos unificaram protesto em defesa do patrimônio nacional.



Em protesto unificado realizado no dia 13/09, petroleiros e petroquímicos deram o recado à direção da Petrobrás e ao governo golpista de Michel Temer: **NÃO HAVERÁ PRIVATIZAÇÃO SEM RESISTÊNCIA!**

A Petrobras anunciou no dia 11/09 que foram colocadas no balcão de negócios do mercado a Araucária Nitrogenados, instalada na cidade de Araucária (PR), região metropolitana de Curitiba, e a Unidade de Fertilizantes III (UFN-III), de Três Lagoas (MS).

A Araucária Nitrogenados S.A utiliza resíduo asfáltico da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) para produzir até 1.303 toneladas por dia de amônia e 1.975 t/dia de ureia, além de 450 m³/dia do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), 200 t/dia de gás carbônico e 75 t/dia de carbono peletizado. Já a UFN-III sequer entrou em operação. A construção foi paralisada em dezembro de 2014, quando estava com cerca de 80% do projeto concluído, por conta da crise gerada pelas denúncias de corrupção na Petrobras.

Segundo a nota divulgada pela estatal, trata-se de uma “oportunidade de desinvestimento alinhada ao objetivo estratégico de saída de segmento de fertilizantes”. Por outro lado, a privatização dessas unidades vai deixar o país totalmente dependente das multinacionais do setor.

O Brasil possui déficit na produção de fertilizantes, uma área estratégica para a produção de alimentos e para a exportação de grãos como soja e milho, um mercado importante para a economia nacional. “Produzimos cerca de 24% dos fertilizantes que consumimos. Os outros 76% vêm de importação de multinacionais como Bunge e Cargill. Entendemos que as fábricas de fertilizantes devem ser mantidas nas mãos da Petrobrás, porque é uma questão de soberania nacional. Iremos enfrentar esse processo com muita força, para evitar que a Petrobras

tenha sucesso na venda dessas unidades”, afirmou Gerson Castellano, trabalhador da Araucária Nitrogenados e dirigente do Sindicato dos Petroquímicos do Paraná (Sindiquímica) e da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Herança maldita da privatização

A Araucária Nitrogenados já teve uma experiência ruim sob a administração privada. A unidade, inaugurada em 1982, foi privatizada em 1993. Em 2013 voltou a ser uma subsidiária integral da Petrobrás, após uma transação comercial com a Vale Fertilizantes, então proprietária da fábrica.

Segundo Castellano, “durante o período em que a iniciativa privada ficou responsável por gerir a fábrica não foram feitos investimentos na produção de fertilizantes. A herança que o capital privado deixou foi o sucateamento, o aumento da terceirização, os riscos para os trabalhadores e uma precarização generalizada, fazendo com que não houvesse nenhum tipo de retorno para a sociedade”, denunciou.

A Araucária Nitrogenados emprega atualmente cerca de 800 trabalhadores de forma direta e indiretamente. A venda da empresa deixará o país totalmente dependente do mercado privado no ramo de fertilizantes e pode impactar no aumento do preço de alimentos e grãos.

► Redução de Efetivos no Refino

Autora citada no estudo da Petrobrás diz que método aplicado é inadequado

Pesquisadora Leda Leal afirma que Petrobrás criou um método para justificar a diminuição de efetivos que ocorreram com os planos de demissão

Laudo da pesquisadora será anexado ao processo judicial que pleiteia a recomposição do efetivo na Repar

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina conquistou uma importante aliada na luta contra a redução dos postos de trabalho nas unidades de refino. Trata-se da Doutora Leda Leal Ferreira. Médica formada pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado em ergonomia obtido na Université Paris XIII (França), ela coordenou por quase 30 anos o Setor de Ergonomia da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), instituição vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), onde realizou vários estudos sobre efetivos.

Seu nome é referência em pesquisa sobre dimensionamento de efetivos e inclusive fez estudos específicos na indústria do petróleo. No relatório técnico “Correlações entre o Número de Trabalhadores e as Condições de

Segurança de uma Refinaria de Petróleo”, coordenado pela Dra. Leda, foi analisado o caso da Refinaria Henrique Lage (Revap), de São José dos Campos (SP).

O estudo foi feito em 1997 a pedido do Ministério Público, motivado por denúncias do Sindipetro SP a respeito dos efeitos negativos da diminuição de efetivos na segurança. Concluiu que a medida estava equivocada e não contribuía nem para a excelência da produção, nem para a sua segurança; apenas sobrecarregava a todos. Por isso, recomendou que a política de pessoal fosse revista, e especial atenção fosse dada à opinião dos operadores e de todos os que vivenciavam as dificuldades do dia a dia.

Dra. Leda foi autora citada como referência bibliográfica no estudo de “Análise Hierárquica de Tarefas” da Repar/Petrobrás, no qual a empresa tenta justificar as drásticas reduções de postos de trabalho nas unidades de refino. “Na bibliografia tem um estudo meu e também de um professor lá da USP. Os dois são citados erradamente. Eles citam o meu, mas eu nem sei como, porque é abso-



Dra Leda em palestra durante o seminário sobre efetivo promovido pela FUP, em Curitiba.

lutamente contrário ao que eles fizeram, e o do professor da USP também. Na verdade, o que esses estudos da Petrobrás estão fazendo é aplicar um método que é absolutamente inadequado para fazer esse dimensionamento”, afirmou.

Questionada sobre a razão do método ser inapropriado, a pesquisadora foi didática. “Porque ele pretende que você possa medir o trabalho das pessoas e depois, a partir dessa medição, você faz uns cálculos e vê se o trabalhador está com tempo disponível ou não. Esses métodos de tempos e movimentos são inadequados para todos os processos em que não existe tempo produtivo ou tempo improdutivo. Por exemplo, em uma linha de montagem, se você for medir o tempo em que uma pessoa faz alguma coisa, você tenta diminuir para ela correr mais. Você vai tirar todo o tempo que consideram improdutivo. Agora, no setor petróleo não tem como aplicar isso. Não existe tempo em que a pessoa não está fazendo nada. A equipe que está ali, está sempre fazendo alguma coisa, pensando em alguma coisa.

Então não existe esse tempo improdutivo. Outra coisa, também não tem relação entre o número de pessoas com a produção, como existe nas outras empresas onde aplicam esse método de tempo e movimento. Se você aumentar a carga ou diminuir, ou aumentar o número de pessoas ou não, não vai produzir mais ou menos. Por isso esse método é absolutamente inadequado, e todos sabem disso” ressaltou.

Para explicar mais um dos problemas do método da Petrobrás, Dra. Leda fez um paralelo da indústria do petróleo com o futebol. “Outra falha é que ele (o método) é individual, só mede o trabalho de cada um, mas o trabalho é em equipe, como em um time de futebol. Se fosse no futebol, esse método seria mais ou menos o seguinte: você vai medir quanto um jogador corre, mas não vai ter sentido nenhum, porque mesmo que a pessoa fique parada o tempo todo, de repente na hora 'h' ela vai fazer o gol”.

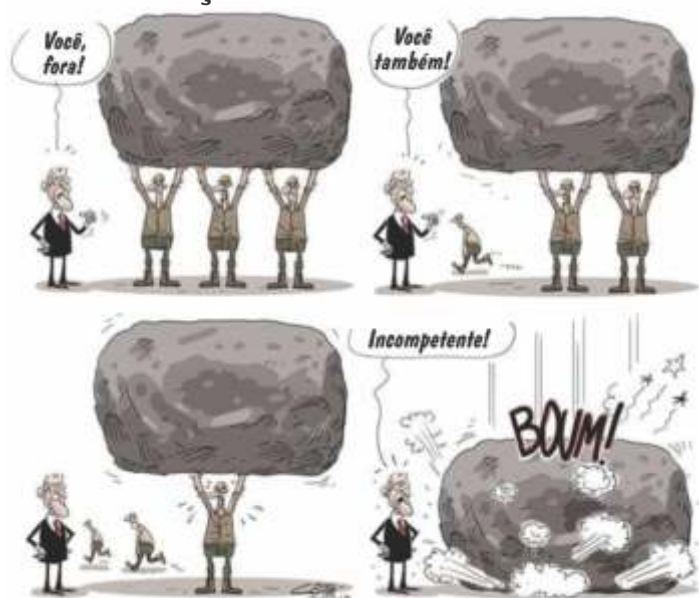
As críticas não param por aí. Segundo a pesquisadora, o “estudo” apresentado pela Petrobrás é apenas um efe-

mesmo para reduzir os postos de trabalho. “Nem mesmo faz referência a um número mínimo necessário. Não existe um método universalmente aceito para o dimensionamento na indústria do petróleo, então a Petrobras criou um para justificar as reduções que ocorreram com os planos de incentivo à demissão voluntária”, denunciou.

Sobre o método ideal, Dra. Leda destaca que a participação dos trabalhadores da produção é fundamental. “O ser humano é o maior agente de viabilidade de um sistema complexo”. Na sua avaliação, a categoria petroleira tem na redução dos efetivos um difícil problema. “É uma enrascada. Um debate difícil de fazer no âmbito jurídico; o ideal seria tratar pela via negociada, mas a empresa não aceita negociar”.

A pesquisadora teve acesso ao estudo específico que a Petrobrás aplicou na Repar e vai apresentar um laudo a pedido do Sindipetro Paraná e Santa Catarina. O documento será anexado ao processo que o Sindicato moveu na 2ª Vara de Trabalho de Curitiba.

Política de redução de efetivos na Petrobras



► Previdência Complementar

Equacionamento do Petros-1 é remédio amargo com potencial de placebo

Sem resolver problemas estruturais, Conselho da Petros impõe solvência pelo teto do déficit.

FUP ingressou com ação na Justiça para barrar a cobrança de contribuições adicionais.

A notícia de que o Conselho Deliberativo da Petros aprovou, no último dia 12, o equacionamento do Plano Petros-1 pelo teto deixou toda a categoria petroleira perplexa. Além de sangrar ao máximo os participantes e assistidos, o plano apresentado não mexe nos problemas estruturais do Petros-1, responsáveis por grande parte dos déficits apresentados.

O plano teve que ser elaborado devido as mudanças na legislação da Previdência Complementar, que estabelecem os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) para a criação, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit (Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com as alterações dadas pelas novas regras de solvência trazidas pela Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015).

Atualmente o Petros-1 conta com 13.540 participantes na ativa e 64.540 aposentados e pensionistas. O patrimônio atual do Petros-1 é de R\$ 61 bilhões e o compromisso atuarial é de R\$ 89 bilhões, ou seja, se a Petros tivesse que pagar hoje todos os benefícios previstos de uma só vez, faltariam R\$ 28 bilhões. Esse é o déficit contábil apresentado em maio deste ano. Grande parte das causas do desequilíbrio nas contas envolve questões estruturais do plano. Alguns exemplos são a retirada do teto operacional de 90%, que beneficiou apenas

9,5 mil petroleiros e gerou um passivo de R\$ 3,52 bilhões; e o não acompanhamento da mudança no perfil das famílias ao longo do tempo (família real), cujo impacto negativo já alcançou R\$ 5,2 bilhões.

As patrocinadoras têm responsabilidade com esses e vários outros problemas, consequências de decisões de gestão feitas no passado. Sem resolver as questões estruturais do plano, os déficits permanecerão e a conta desigual continuará sendo paga por todos.

Outros fatores que elevaram significativamente o déficit nesse período foi a baixa rentabilidade dos investimentos realizados pelo Plano. Desde 2015 a rentabilidade da carteira de investimentos do Petros-1 não bateu a meta atuarial. Além disso, a profunda crise econômica forçou a Petros a reavaliar o valor contábil de alguns ativos de forma negativa, o que prejudicou o resultado dos investimentos.

Os principais prejuízos na área de investimentos do Petros-1 foram registrados nas seguintes empresas: FIP Sondas (Sete Brasil): - R\$ 1,7 bi; Litel (Vale do Rio Doce): - R\$ 1,21 bi; Norte Energia: - R\$ 1,16 bi; Invepar: -R\$ 1,11 bi; e FIP Multiner: - R\$ 240 milhões.

Não se pode descartar também as despesas com contingências judiciais, elevadas em cerca de R\$ 1 bilhão apenas em 2016. Como ainda existem mais de 25 mil processos judiciais contra o Petros-1, se não houver aportes significativos no seu patrimônio, o Plano pode ser inviabilizado.

Diante desse cenário, é evidente que o Petros-1 precisa de novos aportes financeiros, mas precisa ir além disso e passar por uma reforma

estrutural que saneie os problemas e obrigue as patrocinadoras a assumirem suas dívidas, sob o risco de o remédio amargo ter o efeito de um placebo.

Ação para barrar o equacionamento abusivo

A FUP propôs e os conselheiros eleitos tentaram negociar o equacionamento pelo valor mínimo nominal, com a cobrança da identificação e segregação dos déficits que foram gerados por políticas de gestão das patrocinadoras. Os representantes da Fundação e da Petrobrás não aceitaram e impuseram a sangria aos petroleiros, com a manutenção do solvimento pelo valor máximo.

Diante disso, a FUP ingressou na Justiça com uma Ação Civil Pública (ACP) para barrar a cobrança das contribuições adicionais dos participantes e assistidos do Plano Petros-1. O plano de equacionamento foi aprovado antes mesmo da conclusão do recadastramento, cujo resultado pode alterar significativamente o valor de componentes do déficit, como, por exemplo, o da Família Real. Além disso, a origem e valores deste e demais fatores geradores do déficit do plano deveriam ter sido identificados para que os participantes e assistidos fossem o menos possível impactados na parte da conta que lhes é de responsabilidade. O equacionamento também precisa levar em consideração as submassas de repactuados e não repactuados.

Essas e outras questões são questionadas pela FUP na ACP que, além da suspensão das contribuições adicionais, exige a realização de auditorias externas e independentes do déficit.



Raio X do Petros-1



13.540
participantes



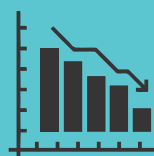
64.540
aposentados e pensionistas



R\$ 61 bilhões
patrimônio atual



R\$ 89 bilhões
compromisso atuarial



R\$ 28 bilhões
déficit do plano*

*Valor que faltaria se a Petros tivesse que pagar todos os benefícios de uma só vez

Identificação de problemas e soluções

Por meio dos conselheiros eleitos para a Petros, a FUP identificou os principais problemas do fundo de pensão e alertou os gestores e trabalhadores que o Plano Petros precisava de sérios ajustes. A situação se agravou no final dos anos 90, após a aprovação da Emenda Constitucional 20, que instituiu a paridade contributiva para participantes, assistidos e patrocinadoras (as patrocinadoras tiveram que reduzir suas contribuições e foram impedidas de fazer novos aportes de forma unilateral).

A FUP foi a única entidade que se manifestou perante os órgãos regulamentadores, denunciando que o déficit do PP-1 não estava registrado contabilmente e ingressou em 2001 com uma Ação Civil Pública na Justiça, cobrando a conta da Petrobrás. Essa Ação foi fundamental para que a FUP e seus sindicatos pudessem negociar o Acordo de Obrigações Recíprocas, que deu aportes bilionários e garantiu uma sobrevivência de dez anos ao plano.

O plano de equacionamento

Da forma como está, o plano de equacionamento institui diferentes taxas de contribuições adicionais. Para os participantes, quem recebe até R\$ 2.765,66 (1/2 teto do INSS) contribuirá com 3,2%. Salários entre R\$ 2.765,67 e R\$ 5.531,31 (teto do INSS) serão taxados em 6,6%. Quem recebe acima de R\$ 5.531,31 contribuirá com 24,34%.

Já para aposentados e pensionistas, as taxas são diferentes. Rendimentos da Petros de até R\$ 2.765,66 (1/2 teto do INSS) contribuirão com 4,53%. Benefícios entre R\$ 2.765,67 e R\$ 5.531,31 (teto do INSS) terão taxas extraordinárias de 9,39%. Rendimentos da Petros acima de R\$ 5.531,31 contribuirão com 34,44%.

A diferença de percentual entre as categorias (ativos e aposentados) se dá pelo fato de os aposentados contribuírem somente sobre o benefício Petros e os ativos pela totalidade de seus salários.

► Campanha Reivindicatória 2017

Salvaguardas à reforma trabalhista e desconto assistencial são aprovados em assembleias

As 19 sessões de assembleias realizadas pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina entre os dias 04 e 13 de setembro aprovaram por ampla maioria dos votos todas as pautas em discussão.

O primeiro ponto referia-se ao Termo Aditivo à Pauta de Reivindicações com salvaguardas para enfrentar os efeitos da reforma trabalhista e da lei da terceirização irrestrita, aprovado por 98,7% dos participantes das assembleias. Essa pauta não registrou votos contrários e apenas 1,3% se abstiveram.

A segunda pauta debatida foi o desconto assistencial de 2% na remuneração dos petroleiros ativos e aposentados durante os meses de outubro, novembro e dezembro, com distribuição de 1% para a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e 1% para o Sindicato, cuja finalidade é financiar as lutas da Campanha Rei-



Todos os pontos em debate foram aprovados por ampla maioria dos votos

vidicatória 2017. A apuração apontou aprovação deste item com 87% dos votos a favor, 7% contrários e 6% de abstenções.

O último assunto discutido foi a aprovação de assembleias em caráter permanente, chancelada por 99% dos participantes e com apenas 1% de abstenções.

Para o presidente do Sindipetro PR e SC, Mário Dal Zot, o resultado das assembleias demonstra que a categoria está ciente dos desafios colo-

cados para esta Campanha Reivindicatória. “A conjuntura atual é de ataques à classe trabalhadora e de desmonte das empresas estatais. Diante disso, é fundamental o fortalecimento dos sindicatos para fazer a luta em defesa dos empregos e direitos. A aprovação de todos os pontos debatidos nas assembleias mostra que a categoria petroleira tem consciência do difícil momento e se prepara para o combate com unidade”, afirmou.

► Desconto Assistencial

Financiar a luta é garantia de direitos

Se existe algo que não falta aos trabalhadores na atual conjuntura são adversidades. No Brasil pós-golpe, direitos trabalhistas e das classes menos favorecidas estão sendo exterminados por aqueles que tomaram o poder de assalto no país.

O mais duro golpe contra os trabalhadores se aproxima e entra em vigor no dia 11 de novembro. A reforma trabalhista ameaça uma série de direitos e a consolidação desse plano maquiavélico passa pelo enfraquecimento dos sindicatos. Talvez essa primavera que acaba de começar entre para a história por aflorar a velha disputa luta entre capital e trabalho.

Sob a perversa lógica de inversão da justiça, que passa a proteger mais as empresas, a reforma impõe o individual acima do coletivo e desconfigura a CLT.

No âmbito corporativo, a Petrobras já sinalizou com uma proposta de ACT que, assim como a reforma trabalhista, retira uma série de direitos da categoria. A postura da empresa é bastante clara ao prorrogar o Acordo Coletivo até 10 de novembro, véspera da data em que entra em vigor a reforma trabalhista.

Nessa conjuntura, a contribuição assistencial aprovada nas assembleias, que será usada para cobrir os custos da Campanha Reivindicatória 2017, será fundamental para a luta pelos direitos e em defesa da Petrobrás como empresa integrada e indutora do desenvolvimento econômico e social do país, papel que deixou de exercer desde o início do governo golpista.

As mobilizações e greves dependerão do desconto assistencial, assim como seus direitos dependem dessa luta coletiva que já está sendo travada. Os recursos arrecadados por meio do desconto terão prestação de contas específica, que será amplamente divulgada.

É preciso refletir bem sobre isso. Usar o direito de oposição ao desconto significa enfraquecer a luta, ir contra os seus próprios direitos e ainda prejudicar a todos. Financiar e aderir à luta representa a garantia dos direitos e da soberania nacional.

► Nacional

CUT convoca Dia de Luta pela Soberania Nacional

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizará em 03 de outubro o Dia de Luta pela Soberania Nacional. A mobilização nacional acontecerá no dia do aniversário de 64 anos da Petrobrás.

O principal protesto será realizado na cidade do Rio de Janeiro, onde acontecerá uma passeata entre as sedes da Eletrobrás e da Petrobrás. “Faremos uma mobilização em defesa da soberania nacional. Isso significa defender as empresas estatais ameaçadas de privatização pelo governo golpista. São quase uma centena de empresas municipais, estaduais e federais ameaçadas. Precisamos defender o patrimônio público”, disse Roni Barbosa, secretário nacional de comunicação da CUT e diretor do Sindipetro PR e SC.

Uma reunião entre representantes dos trabalhadores das empresas públicas acontecerá no dia 27, na sede da CUT, em São Paulo, para organizar a manifestação e a campanha nacional em defesa das estatais.



Espaço da Charge

